

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência

Sr. Primeiro-ministro, Excelência

Senhoras e Senhores deputados

Senhoras e senhores membros do Governo

Senhores e senhoras membros da Imprensa livre

Cabo-verdianas e Cabo-verdianos

Por imperativo constitucional e regimental, hoje dia 29 de julho, último dia dos trabalhos do ano parlamentar 2021-2022, eis-nos aqui, reunidos uma vez mais, a situação, as oposições e o Governo, para o debate parlamentar mais aguardado pelos cabo-verdianos. Debate sobre o estado da Nação.

Caros concidadãos.

Por mais ou menos inflamados ou eloquentes que sejam os discursos políticos a serem proferidos hoje neste hemiciclo, a palavra **crise** vai constar de todos eles, por ser uma verdade indesmentível que caracteriza de facto, o estado da nossa Nação.

Crise é, sim, a **palavra-chave** no debate sobre o estado da Nação. Negá-la ou tentar fingir é um enorme pecado! Também não queremos nem pretendemos com o presente debate, que se **pinte de verde** estado da Nação, mas também rejeitamos em absoluto, que se tente resumir o estado da Nação a uma situação de caos.

Verdade é que, **os novos tempos são de enormes desafios e de construção de diálogo entre todos os cabo-verdianos**

Cabo Verde, pequeno Estado insular localizado no Atlântico médio, “**a meio caminh de Nort pa Sul**” como bem cantou o poeta, tem sido nestes últimos seis anos, fortemente impactado pelos efeitos de uma tripla crise nunca antes vivenciada e, **não fora** as medidas atempadas e assertivas de auxílio às pessoas e às empresas, tomadas pelo Governo de Ulisses Correia e Silva, com o inegável apoio dos nossos parceiros

internacionais, sabe-se lá, como estaríamos hoje ou qual seria o estado da nossa Nação.

Sem esquecer as medidas emergenciais tomadas pelo Governo a partir de 2016 para acudir às pessoas afetadas pela erupção vulcânica de 2014 na ilha do Fogo e os avultados estragos provocados pelas chuvas torrenciais de 2016 em Santo Antão, Cabo Verde, de 2017 a esta parte, vem enfrentando crises sucessivas, que praticamente, não permitiram ao Governo chefiado por Ulisses Correia e Silva, pôr em prática o seu programa de governação com que se apresentou ao eleitorado em 2016, estando constantemente a acorrer e com sucesso reconhecido por todos, a situações emergenciais que o País e o Povo têm sido confrontados.

As secas severas, as piores dos últimos 40 anos, que ainda continuam a fazer os seus efeitos, a pandemia de covid-19 e agora a Guerra na Ucrânia, não deram tréguas ao Governo nem aos cabo-verdianos, cujos efeitos, por certo, vão se fazer sentir por muitos anos nesta nossa nação.

Para responder à adversidade das secas, iniciadas em 2017, o Governo de Cabo Verde, agiu atempadamente ao implementar programas de mitigação de secas e dos maus anos agrícolas, com impacto no emprego, no rendimento das famílias, nas infraestruturas, na agropecuária, e na mobilização de água. Assim como de forma estratégica através do aumento da resiliência do sector agrário, assente na diversificação das formas de mobilização de água para irrigação articulado com a política de transição energética e de investigação agrária, ou com a massificação da utilização de energias renováveis para apoiar a estratégia de água para agricultura.

O Governo “montou e executou”, de 2017 a 2019, programas de mitigação no valor de 2.500 milhões de escudos “Com respostas de emergência e de reforço de resiliência que permitiram assegurar a manutenção da capacidade produtiva na pecuária, a mobilização da água e gestão da sua escassez, bem como a promoção do emprego público para as famílias mais afetadas.

Diga-se que a preocupação do Governo não foi apenas mitigar, mas também aumentar a resiliência”

O programa de mitigação dos efeitos de maus anos agrícolas, devido às secas, conta em 2022 com uma dotação de 145 milhões de escudos e que através do Fundo do Ambiente e do Fundo do Turismo “serão investidos de 2022 a 2026, uma média anual de um milhão de contos, abrangendo todos os municípios, e projetos em parceria com as Câmaras municipais.

A verdade é que, as crises causadas pelas secas, não obstante seus efeitos nefastos, não intimidaram o Governo chefiado por Ulisses Correia e Silva nem impediram a tomada de medidas de políticas assertivas que permitiram que o PIB passasse a crescer cerca de 6%, o desemprego caísse para 11,3%, a dívida pública reduzisse para 115% do PIB e o rendimento das famílias aumentasse, no final do ano 2019.

Veio, entretanto, a Pandemia do Covid-19 em março de 2020 e com ela uma segunda crise, de dimensão e proporções inigualáveis na história da Nação. Mais uma vez;

o Governo de Cabo Verde, não se deixou intimidar, concebeu e executou medidas atempadas e assertivas que permitiram o controlo da situação sanitária com altos níveis de vacinação, a proteção do emprego, das empresas e o rendimento de famílias cabo-verdianas.

Estudos independentes iniciais, revelaram que, caso não fossem tomadas medidas, mais de quatrocentas mil pessoas poderiam ser infetadas com o vírus da Covid e o número de óbitos poderia aproximar dos dois mil. Na verdade, os números de infeções rondam as sessenta e ... mil e os de óbitos não ultrapassam os Mil.

Quer isto dizer que as medidas tomadas pelo Governo, foram atempadas e assertivas e produziram bons resultados. Mas para além de medidas de proteção sanitárias e salvar vidas, a situação provocada pela Pandemia, exigia a adoção de medidas outras e estas também foram tomadas. Com efeito;

Medidas de proteção das empresas e do emprego permitiram impedir que mais de 18 mil trabalhadores tivessem ido para o desemprego e que, de abril a dezembro de 2020 mais de 1.900 trabalhadores tivessem recebido o subsídio de desemprego.

O adiamento do pagamento de impostos, a concessão de isenções fiscais, a concessão de créditos e garantias a pequenas empresas, o reforço das transferências monetárias para as famílias mais vulneráveis, a implementação de políticas de “lay-off”, moratórias públicas e ainda os subsídios de isolamento profilático, foram medidas atempadas e assertivas que permitiram evitar o colapso de empresas, em particular, as ligadas ao turismo.

Caros concidadãos

Apesar das vicissitudes encontradas foi possível transformar Cabo Verde, numa nação com esperança no presente e no futuro.

Uma nação com resultados nunca alcançados a nível da inclusão social, da proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, das garantias dos cuidados a pessoas com deficiência, da garantia dos cuidados dos idosos, da igualdade e equidade de género, dos imigrantes, da habitação e da saúde.

Foi este governo que criou o rendimento social de inclusão, bem como o programa de inclusão produtiva, que melhorou o acesso a medicamentos para os mais desfavorecidos, e que criou a tarifa social de água e energia que permite milhares de cabo-verdianos terem condições dignas de vida, e que implementou ainda o programa de direito à educação, e que aprovou a eliminação das propinas até ao 12º ano, beneficiando mais cinquenta e três mil alunos. Foi este governo, que tomou um conjunto de outras medidas no que tange a garantias de direito à educação, com impacto na transferência de renda indireta para as famílias, no aumento das taxas de escolarização, na diminuição do abandono escolar e no retorno à escola de jovens que tinham abandonado o sistema

Outras medidas de política de índole sociais foram programadas e implementadas, a começar pela criação do emprego público, não só no meio urbano, quanto no meio rural, através do programa PRRA, numa parceria Governo Central com todos os 22 Municípios do país, fruto de uma relação de excelência cimentada pelo governo, que, desde o início, considerou os Municípios como parceiros e não como seus concorrentes.

Como resultados destas políticas, apesar da **tripla crise** que vivenciamos, temos hoje uma dinâmica em obras de requalificação urbana das nossas aldeias, vilas e cidades, nunca antes vista ao nível de

todo o país. Com isso, estamos a melhorar a vida dos cabo-verdianos; estamos a aumentar a autoestima dos cabo-verdianos, principalmente dos jovens;

Mudamos a forma de gestão da coisa pública e moralizamos os gastos públicos, rompendo com as más práticas na gestão dos fundos, designadamente, Fundo do Turismo e Fundo do Ambiente, geridos por “camaradas”, sejam eles conselheiros, assessores, deputados ou responsáveis do sector do partido.

Hoje os recursos são canalizados aos Municípios e estes prestam contas às Assembleias Municipais e ao Tribunal de Contas.

Sr Presidente da Assembleia Nacional

Sras e Srs deputados

Cabo-verdianas e cabo-verdianos

As adversidades incomodam sim, mas não intimidam o Governo.

Não obstante os novos desafios colocados pela guerra provocada pela invasão da Ucrânia, **o programa de Retoma Económica**, gizada pelo Governo em 2021, mantém-se de pé e está na fase da sua implementação. Neste sentido, o Governo propõe investir 200 milhões de euros no **Programa Operacional do Turismo** para um turismo mais desconcentrado, mais diversificado e com maiores efeitos sobre as ofertas nacionais de produtos e serviços agroalimentares, da pesca e das indústrias criativas; na melhoria das conectividades aéreas e marítimas, internas e externas; na transição energética para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis; no desenvolvimento da economia digital para a criação de oportunidades de investimentos, de empreendedorismo e de emprego qualificado; e no desenvolvimento da economia azul para a diversificação da economia e aumento das exportações.

Em Setembro/Outubro de 2021, o preço da energia disparou, em grande parte devido à Retoma Económica. Com efeito,

Depois do período de confinamento, provocado pela pandemia, a abertura da sociedade e o retomar dos negócios levaram a um aumento da procura dos combustíveis e com isso, o aumento inevitável da energia.

Mais uma vez, o Governo viu-se obrigado a adotar medidas apropriadas para mitigar os efeitos desse aumento que teria sido brutal, não fora a ação governativa.

Como não bastasse, veio a guerra na Ucrânia com a invasão deste País pela Rússia a 24 de fevereiro do corrente ano, fazendo nascer mais uma crise, a terceira consecutiva para Cabo Verde, entre 2016 e 2022. Podemos afirmar com segurança, que quis o destino que, em plena crise provocada por consecutivos anos de seca severa, acresceu-se a crise provocada pela Pandemia do Covid-19 e sobre estas duas, somou-se mais uma terceira, a da guerra da Ucrânia.

Esta terceira crise, fez subir em flecha os preços dos combustíveis e dos bens alimentares e, de modo geral, a inflação, pelo que, a situação global agravou-se consideravelmente. O efeito desta guerra não se contém nas fronteiras da Ucrânia. Trata-se de um efeito global que afeta todos os países do mundo, mormente pequenos países insulares como o nosso, traduzindo-se desde logo, num brutal aumento de inflação impulsionado pelos custos de importação.

A conjuntura internacional atual marcada por incertezas devia imprimir uma maior urgência na adoção de uma nova atitude. Momentos de crise são de grandes mudanças e não há crise mais claramente explícita do que a da Ucrânia que resulta de uma guerra aberta que, querendo ou não, esta a ter suas repercussões e provavelmente desconstruir a atual ordem mundial e criar outras mutuamente hostis ou pouco colaborantes.

Respondendo, como sempre, às adversidades, o Governo cabo-verdiano chefiado por Ulisses Correia e Silva, **que podemos apelidá-lo do novo Churchill do século XXI**, adotou medidas para estabilizar os preços, diminuir o seu impacto, tornar o país mais resiliente, e evitar que esta escalada de aumento de preços seja transmitida diretamente para os consumidores ou para as empresas.

As medidas de estabilização dos preços passam por exemplo, pela subsidiação do trigo e do milho e, o governo vai implementar estratégias de forma a garantir stock de alimentos, sobretudo dos cereais.

Sr Presidente da Assembleia Nacional

Sr Primeiro-ministro

Senhoras e senhores deputados

Cabo-verdianos

A Nação está a viver uma tripla crise, que impacta sobremaneira as nossas vidas, principalmente os mais vulneráveis e valha a verdade, pouco ou nada podíamos fazer para a evitar.

Como em outras ocasiões, é nos momentos difíceis que mostramos a **fibra do cabo-verdiano**. Juntemo-nos ao Governo para juntos transformarmos as adversidades em oportunidades para Cabo Verde e todos os cabo-verdianos.

Afinal, neste momento muito difícil para todos, está em causa o futuro deste país que é de todos nós.

Cabo Verde no caminho seguro